



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

DESAFIOS E TENDÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES DE UMA FACULDADE PRIVADA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (CE)

Rafaela Lima dos Santos¹
Maria Auxliadora de Araújo²
Lauriene Rodrigues Marreiro³
Ariane de Carvalho Campos⁴
Helena Raquel Moraes da Silva⁵

Resumo: O objetivo geral deste artigo é compreender os desafios apontados por alunos de Serviço Social para inserção no Estágio Supervisionado. Esta produção resulta, em revisão bibliográfica e de campo, abordagem quanti-qualitativa. Aplicaram-se dois questionários de perguntas mistas. Destaca-se como desafios: dificuldade de inserção no campo, e de concluir o estágio. Contudo, o estágio é essencial.

Palavras-chave: Serviço Social. Estágio Supervisionado. Formação Profissional.

Abstract: The general objective of this article is to understand the challenges pointed out by Social Service students for inclusion in the Supervised Internship. This production results, in bibliographical and field review, quanti-qualitative approach. Two mixed questionnaires were applied. It stands out as challenges: difficulty of insertion in the field, and of completing the stage. However, the stage is the essential.

Keywords: Social Service. Supervised internship. Professional qualification.

Introdução

Nas duas últimas décadas, observa-se que o debate sobre estágio supervisionado tem alcançado centralidade entre pesquisadores, estudantes e profissionais de Serviço Social em todo o país. Tais reflexões encontram forte vinculação às transformações societárias que se movem sob uma lógica de contrarreformas impostas por uma conjuntura restritiva de direitos que atinge o conjunto das políticas públicas, sobretudo as políticas de proteção social e educação.

¹ Estudante de Graduação. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: < rafinhalima24@hotmail.com >.

² Professor com formação em Serviço Social. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: < rafinhalima24@hotmail.com >.

³ Professor com formação em Serviço Social. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: < rafinhalima24@hotmail.com >.

⁴ Estudante de Graduação. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: < rafinhalima24@hotmail.com >.

⁵ Estudante de Graduação. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: < rafinhalima24@hotmail.com >.

Neste contexto de retrocesso e agudo conservadorismo, destacamos as tensões e contradições da educação superior no Brasil, que segue diretrizes de privatização, mercantilização e expansão pautadas por acordos internacionais. Tal modelo, hoje hegemônico no território brasileiro, coloca-se como principal caminho de acesso à educação para os trabalhadores. Tais tendências impõem complexos desafios à formação profissional, sobretudo aos segmentos mais pauperizados, que acessam as instituições de ensino superior privada, nas quais se inscrevem os estudantes de Serviço Social, especialmente aqueles situados na região norte e nordeste (BOSCHETTI, 2017).

Dentre estas tensões, podemos destacar, ao consultarmos os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2018), que o Estado do Ceará, especificamente a área do Serviço Social, registra um total de 58 cursos, sendo 28 presenciais e 30 em Educação a Distância (EAD). Ora, o aumento exponencial de estudantes coloca, entre outras questões, graves desequilíbrios entre demanda e oferta de vagas em campos de estágio supervisionado.

Nesta direção de análise, o presente trabalho traz reflexões sobre os desafios do estágio supervisionado em Serviço Social que foram extraídas da pesquisa realizada por Santos (2019) por ocasião da produção de seu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado em uma faculdade privada da região metropolitana de Fortaleza – CE.

O referido trabalho tem como objetivo geral compreender os desafios encontrados pelos acadêmicos do 5º ao 8º semestre de Serviço Social para inserção no Estágio Supervisionado. Quanto aos objetivos específicos, destacamos os seguintes: Identificar o perfil dos estudantes inseridos no processo de estágio Supervisionado, analisar os desafios apresentados na relação entre estagiários e supervisores de campo durante o processo de formação profissional, registrar as principais estratégias desenvolvidas pelos alunos para conciliar as demandas entre estágio, trabalho e atividades acadêmicas. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a pesquisa dos tipos bibliográfica e de campo e abordagem quanti-qualitativa, de natureza aplicada e exploratória. Quanto a técnicas e instrumentos de coleta de dados registrou-se o uso de dois questionários com perguntas mistas, o primeiro para traçar o perfil dos estudantes, e o segundo para capturar a realidade acerca dos desafios do

estágio supervisionado em Serviço Social. Em relação aos participantes da pesquisa, o universo foi de 192 estudantes dentre os quais extraiu-se amostra composta por 102 participantes da pesquisa.

Dentre as inquietações que moveram a pesquisa, destacamos a vivência e o compartilhamento de narrativas comuns observadas por Santos (2019) desde o primeiro semestre de 2017 junto a centenas de estudantes de Serviço Social, que expressavam os sentimentos de angústia, tensão e incerteza relativos à conquista de vagas de estágio. A questão das vagas é tensionada devido à baixa oferta de oportunidades de campos de estágio. Soma-se a este fato a dificuldade de muitos estudantes em conciliar múltiplas demandas tais como: trabalho, estudos noturnos, família e a maternidade.

Registramos ainda que os apontamentos centrais registrados pelo trabalho de Santos (2019) encontram a colaboração de professores e estudantes da disciplina de Pesquisa Social Aplicada que também realizam pesquisas iniciais sobre a referida temática. Desta forma, guardamos o interesse de fomentar a formação de grupos de pesquisa e a produção de conhecimento sobre estágio e formação profissional com vistas ao fortalecimento do Projeto Ético-Político da Profissão ante uma conjuntura que nos convida a reinventar processos de resistência.

1. Formação profissional na contemporaneidade

A profissão de Serviço Social na contemporaneidade torna-se um desafio ao ter de desvendar as complexas transformações empreendidas pelo capitalismo no final da década de 1970 e início da década de 1980. Conforme Antunes (2011), as referidas mudanças foram se gestando em um cenário em que as dívidas públicas e privadas cresceram contundentemente e a primeira grande recessão, catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974, foram os sinais de que o pleno emprego e a cidadania relacionada à proteção social estavam se desfazendo, comprometendo também as nações periféricas, em que o Estado de bem-estar não se realizou plenamente.

Antunes (2011) nos diz que as elites político-econômicas, então, começaram a questionar e a responsabilizar, pela crise, a atuação agigantada

do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses.

A redescoberta do liberalismo, estimulada pelos neoliberais no desfecho dos anos 1970 e 1980, alastrando-se para a década de 1990 em todo o mundo, foi uma ação teórica e política ao keynesianismo e ao Estado de bem-estar social. Com o toyotismo, alicerçado pela acumulação flexível, a produção se torna variada, diversificada, destinada à demanda. Contudo, Antunes considera que:

[...] a substituição do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um novo modo de organização societária, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista. [...] a diminuição entre elaboração e execução, entre concepção e produção, que constantemente se atribui ao toyotismo, só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital. (ANTUNES, 2011, p. 39)

As implicações destas transformações e modificações realizadas pelo sistema capitalista a favor de sua sobrevivência e reprodução vivenciaram graves consequências para o mundo do trabalho, para trabalhadores/as que vendem sua força de trabalho em prol da sobrevivência. Ocorre uma maior heterogeneização, desintegração e complexificação da classe trabalhadora, Consta uma diminuição do trabalho manufatureiro, da classe operária industrial tradicional e um crescimento do trabalho precário e assalariado, sobretudo no setor de serviços.

Diante de todas essas mudanças no sistema produtivo e sua consequência direta no mundo do trabalho, um conjunto de profissionais passam a conviver em seu cotidiano com a realidade do desemprego e das terceirizações. Nessa situação de complexa configuração do trabalho na sociedade capitalista, inclui-se a práxis do Serviço Social que se expressa nessa dinâmica contemporânea como trabalho abstrato, assalariado, implicando as competências, atribuições e capacidade técnico-profissional, subalternizando precariamente as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do fazer profissional.

Iamamoto (2011) afirma que o Estado é a maior companhia que emprega Assistente Social, na implementação, execução e elaboração das políticas sociais que, nesse contexto neoliberal, da mesma forma vai sofrer claramente

em sua gestão. Para Behring (2008), a contrarreforma do Estado aparece comprometendo essa direção das políticas sociais, o que tem afetado negativamente as condições de trabalho dos profissionais que auxiliam nessa realidade, como os Assistentes Sociais.

Ainda em conformidade com a autora, do ponto de vista das condições éticas e técnicas do trabalho, apresenta-se uma sequência de dificuldades para implementação de políticas que se identificam com os pobres e para os pobres, focalizadas e residuais. Relacionando-se dessa maneira, com infra-estruturas institucionais precárias, sem condições de preservar o sigilo profissional, com inexistência de mobília adequada para os atendimentos, de equipamentos que valorizem pelo registro desses atendimentos e de material a ser usado no cotidiano de trabalho. O contexto em que se retratam afirma que:

[...] as consequências das profundas alterações nas condições de trabalho, na forma de contrato da força de trabalho ocupada e na gestão da força de trabalho excedente, determinam e atingem o trabalho do assistente social e a forma de contratação de sua força de trabalho, pois não há possibilidade de o trato da 'questão social' ser aviltada e de, ao mesmo tempo, existirem condições generosas interferindo nesse processo (GRANEMANN, 2009, p. 162).

Defronta-se, desta forma, com a desvalorização e a superexploração da força de trabalho em benefício da valorização e da acumulação do capital. As contratações seguem a lógica do capitalismo, o mundo do trabalho se reorganiza em defesa dos imperativos desse sistema, fortalecem-se os serviços privados.

Nesse contexto das relações e contradições, vale destacar que esse processo de precarização do trabalho profissional ocorre também no setor privado, por meio de contratos precários e retirada de direitos. A discussão sobre a atuação do Serviço Social tem que considerar os diversos espaços sócio-ocupacionais, suas particularidades, natureza, objetivos e demandas.

Eis que surge o desafio ao se pensar o Serviço Social na contemporaneidade: compreender, primeiro e, sobretudo, sua função social como práxis social, o local que ocupa na produção e reprodução da vida material, no período de produção da mais-valia. Partindo para o desvendamento de sua atuação cotidiana em tempos neoliberais.

2. O estágio supervisionado em Serviço Social e seus aspectos legais

O Estágio Supervisionado, através da Lei Nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008, regulamenta e orienta o estágio em instituições de ensino, nos níveis superior, profissional, médio, especial e dos anos finais do ensino fundamental e também na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O campo de estágio é o primeiro contato que o estagiário tem com a prática profissional do Serviço Social, os espaços sócio-ocupacionais em que o profissional está inserido são importantes no processo de desenvolvimento do perfil do futuro profissional. Compreendemos que o estágio deve ser desempenhado com competência, dedicação e comprometimento dos sujeitos envolvidos nesse processo. Desta forma, é fundamental o desempenho das atribuições do aluno e dos supervisores acadêmico e de campo.

Importa destacar a existência de dois tipos de estágio: o obrigatório e o não-obrigatório, de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, no seu Art. 2º.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. § 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008, p. 3)

De acordo com Araújo (2014) a importância da lei de estágio como também os avanços para o fortalecimento da categoria profissional, onde a mesma enfatiza o seguinte:

[...] a nosso ver, a Lei 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio, abriu caminho para um grande avanço na produção normativa das entidades de representação da categoria. Tal avanço possibilitou fiscalização mais fortalecida e fundamentada. Consecutivamente, de vital importância, e que veio somar a esse processo [...] (ARAÚJO, 2014, p. 99).

A Lei Nº 11.788/2008 ainda contribui efetivamente para garantir que esse importante processo não seja espaço de mero cumprimento de carga horária, nem que no estágio o processo do estagiário seja transformado em aproveitamento de mão de obra barata, ou seja, a lei deve garantir que o estágio não deve gerar vínculo empregatício de qualquer natureza.

Reconhecemos que a referida Lei representa um avanço, pois contribui para reconhecer que estágio é um momento cheio de possibilidades, o estágio supervisionado é desenvolvido como parte do projeto pedagógico formativo do estudante, objetivando a responsabilidade compartilhada entre estagiário com

base no plano de atividades que materializa a extensão no campo de estágio no projeto pedagógico e nas disciplinas do currículo acadêmico.

A supervisão de estágio em Serviço Social envolve três atores: o discente, o professor e o assistente social de campo; e duas instituições: a Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e a instituição que recebe o estagiário, ou seja, o campo de estágio. A relação entre as instituições se dá por meio do termo de compromisso para estágio, mas, sobretudo, na interação cotidiana entre os atores envolvidos nesse processo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino, organizações que oferecem estágio e o estagiário.

Segundo a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 533, de 29 de Setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, onde se esclarece a concepção acerca da inserção do aluno no campo de estágio, e que norteia a condução da instituição em relação ao processo de estágio supervisionado.

O conjunto CFESS/CRESS estabeleceu, por meio da Resolução nº 533/2008, em seu Art. 2º, no parágrafo único, um reforço às condições adequadas dos campos, a instituição de campo que deve assegurar todos os requisitos para a realização das atividades, garantindo as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do Assistente Social:

Parágrafo único. Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para o acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”. (BRASIL, 2008, p. 33)

Consideramos que este aspecto das condições éticas e técnicas de trabalho é um elemento de extrema importância, pois muitas vezes o que se ouve sobre os campos de estágio é preocupante.

No Serviço Social, a Política Nacional de Estágio (PNE) destaca-se na forma de persistência em defesa do projeto de formação profissional conforme o projeto ético-político, direcionando um formato de estágio que possibilite experiências que ultrapassem atendimentos às demandas do mercado de trabalho, objetivando o desenvolvimento de “competências técnico-operativas,

compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica” (PNE, 2010, p. 51)

Outro elemento fundamental da Política Nacional de Estágio são os princípios que devem orientar a realização de estágio, onde o primeiro deles diz respeito aos princípios norteadores do próprio Código de Ética Profissional que devem orientar a formação e o exercício profissional. Além deste, temos a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; a articulação entre formação e exercício profissional; a indissociabilidade e sociedade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; a articulação entre universidade e sociedade; a unidade teoria e prática; a interdisciplinaridade e, por fim, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Importa destacar que a PNE enfatiza que a realização do estágio deve ocorrer em consonância com o princípio ético-político, os quais estão estabelecidos no código de ética de 1993. A seguir, no próximo item, analisamos de que forma os avanços e marcos legais alcançam materialidade a partir das experiências narradas pelos estudantes de serviço Social do município de Caucaia - CE.

2.1 Estágio Supervisionado: Desafios, tendências e perfil dos estudantes

Após as observações relativas às legislações de estágio no Brasil, neste item, apresentamos os principais resultados contidos no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Santos (2019). A coleta de dados da pesquisa foi organizada em torno de duas intenções centrais; na primeira, concentram-se dados que buscam compreender o desenho do perfil do estudante e, na segunda, os dados revelam os desafios do estágio.

No que tange à distribuição das amostras por semestre, obtivemos que dos 102 acadêmicos participantes da pesquisa, 6 estudantes (5,88%) são do 5º semestre, 40 do 6º semestre (39,22%), 10 são do 7º (estimando 9,80%), e 46 estão no 8º semestre chegando (45,10%).

Em termos quantitativos, observou-se a prevalência de estudantes concludentes na amostra. Esta é uma tendência que começa a se afirmar nos cursos de Serviço Social em Fortaleza e na Região Metropolitana, tendo em vista a retração da procura de matrícula que começa a ser registrada junto às IES

privadas. Dentre outros fatores, isso ocorre em um contexto de crise econômica, de ameaças e cortes de repasses de financiamento aos estudantes que buscam a educação privada. Esta tendência tem sido decisiva para aumento do processo de demissão de professores e fechamentos de cursos na cidade de Fortaleza e na região metropolitana.

No que diz respeito à faixa etária dos estudantes, observa-se um perfil bastante variado, verificamos que a grande maioria dos estudantes de Serviço Social estão na faixa etária de 18 a 25 anos, 44,60%, com um total de 45 estudantes. Em segundo lugar destaca-se o perfil de estudantes que integram a faixa etária inscrita entre 26 a 35 anos, 31,40%, com 32 alunos. E em terceiro lugar estudantes inscritos na faixa etária de 36 a 45 anos, 15,68% com 16 alunos, em quarto, os da faixa etária entre 46 a 55 anos, 3,95% com um total de 4 alunos, e em quinto lugar os da faixa etária de 56 anos ou mais, 2,96% com 3 alunos no total. Os dados revelam uma tendência de crescimento do perfil de estudantes entre 26 e 35 anos. Estes são adultos, trabalhadores e estudantes do turno da noite que buscam conciliar a vida acadêmica com as diversas demandas da vida cotidiana, tais como: educação e cuidado dos filhos, provimento de bens materiais da família, trabalho, etc.

Outro aspecto relevante diz respeito ao aumento da período de tempo entre ensino médio e ensino superior, fato que também impõe desafios relativos às exigências da vida acadêmica.

Observou-se uma tendência que historicamente se reproduz entre os estudantes de Serviço Social, desde o seu surgimento, relacionada à participação majoritária de mulheres. Na pesquisa quanto à questão do sexo, foi revelado que 94 são mulheres (92,15%), e apenas 8 são homens (7,85%).

Quanto ao último item analisado do perfil, foi lançada a seguinte pergunta: o que motiva a escolha pelo bacharelado em Serviço Social? Os dados da pesquisa revelam que cerca de 64 dos estudantes, onde 62,74% escolheram a graduação pelo exercício profissional, 7 deles têm interesse pela área acadêmica 6,86%, 24 foi uma realização de um sonho de acesso ao nível superior 23,52%, 4 informaram ter escolhido a graduação por exigência do mercado de trabalho 3,93%, e apenas 1 pessoa não faz ideia de qual seja sua motivação pela graduação 0,99% e 2 não informaram. Verificamos, portanto, que

a grande maioria é estimulada pelo desejo do exercício profissional em Serviço Social.

A segunda etapa da pesquisa remete-se aos desafios identificados ao longo do processo de estágio. O estágio é concebido como o momento mais importante do processo de formação do estudante. Contudo, para que o estágio aconteça, é necessária a inserção desses alunos nos espaços sócio-ocupacionais.

Quanto à oferta de vagas para campo de estágio, a maioria ocorre no âmbito estatal concentrado no campo das políticas públicas de seguridade social com prevalência na área da saúde. Este fato reproduz a tendência de empregabilidade nacional. Tal como mostram os dados encontrados: 54 estudantes realizaram estágio na área da Saúde (52,94%), 34 na Assistência Social (33,33%), 9 no campo Sócio-Jurídico (8,80%), 1 na área da Educação (0,99%), 1 na Previdência (0,99%), 1 no Núcleo de Mediação (0,99%), 1 na área empresarial (0,99%), e apenas 1 não informou (0,99%).

Outro aspecto ligado a este dado diz respeito ao fato de que como a maioria dos estudantes são trabalhadores, a área da saúde oferece maior flexibilidade para realização do estágio, pois permite que sejam realizados nos finais de semana. Este fato reforça a área da saúde como maior receptora de estagiários.

Ao indagarmos sobre a relevância do estágio para a formação profissional, os estudantes, em sua grande maioria, admitem que a experiência com o estágio tornou-se essencial para a apreensão das competências e atribuições profissionais do Serviço Social e para a consolidação teórico-prática das reflexões adquiridas ao longo da formação. Sobre isto, 93 estudantes responderam que no estágio ocorre pertinência entre teoria e prática e que no estágio tiveram a oportunidade de apreender as atribuições privativas do Assistente Social, acompanhadas pelo supervisor de campo 91,17%. Contudo, 7 estudantes responderam que foram realizadas atividades totalmente desvinculadas das atribuições privativas do Assistente Social 6,86% e 2 não informaram quanto às ações desenvolvidas 1,96%.

Quanto à apreensão das legislações que regulamentam a prática de estágio, a pesquisa indicou que 96 estudantes conhecem a Resolução Nº 533/2008 94,11%, e somente 5 participantes informaram não saber sobre o

conteúdo da referida resolução (4,90%), e apenas 1 não informou (0,99%). No que tange à compreensão da lei 11.788/2008 que regulamenta e orienta o estágio em instituições de ensino, nos níveis superior, profissional, médio, especial e dos anos finais do ensino fundamental, a pesquisa revelou que 91 respondentes relataram ter compreensão sobre a lei de estágio e está apto para o estágio supervisionado (89,21%); apenas 8 alunos citaram não ter compreensão acerca da lei de estágio (7,84%), e 3 não informaram (2,94%).

Em relação à Política Nacional de Estágio em Serviço Social – PNE organizada pela ABEPSS em 2010, a pesquisa demonstrou que 97 alunos foram inseridos em campo tendo clareza quanto ao conteúdo e diretrizes da PNE (95,09%) e que somente 4 registraram não ter conhecimento da referida política (3,92%) e, apenas 1 não forneceu informações (0,99%). A consultas quanto ao nível de conhecimento sobre as legislações que regulam o estágio revelaram que o esforço conjunto e articulado entre entidades de ensino, Supervisores nos campos de estágio e os estudantes têm alcançado um bom nível de compreensão das legislações, ou seja, mais de 80% dos entrevistados admitem conhecer as referidas legislações.

Outro grande desafio do estágio identificado nas narrativas do estudantes diz respeito ao desenvolvimento de estratégias para conciliar as demandas do estágio, atividades acadêmicas e trabalho. Sobre isso, registramos a seguir alguns relatos, vejamos:

“Como eu não trabalho, apenas tive que conciliar as demandas do estágio e das atividades acadêmicas, e algumas atividades tive que deixar de fazer pois não havia tempo para mim. Acredito que não deveria ter tanta demanda de atividade, para que o estágio seja aproveitado ao máximo, e acredito que eu deveria ter me esforçado mais” (sic) (Liberdade)

“Estudando de madrugada, trabalhando um expediente nos dias do estágio. Atualmente estou no automático” (sic) (Articulação)

“para conciliar as atividades acadêmicas mudei de turno. Para que eu pudesse estagiar pela manhã e trabalhar a tarde. E estudar a noite” (sic) (Direitos Humanos)

“Mim articulei o máximo possível, mais confesso que foi muito difícil. Contudo como meu estágio foi na área da saúde onde era possível ir nos finais de semana e feriados eu consegui completar a carga horária” (sic) (Cidadania)

“Estagiava 3 dias na semana, 04h por dia; do campo de estágio ia imediatamente para o trabalho saindo às 17:30; depois vinha para a faculdade. Foram dias difíceis porém, gratificantes!” (sic) (Justiça Social)

Os relatos revelam a extrema dificuldade de conciliar as referidas demandas, que, em muitos casos, impõem sacrifícios familiares, acadêmicos, emocionais e financeiros. Entre as principais estratégias destacamos: sair do trabalho para dedicar mais atenção ao período do estágio supervisionado,

mudança de turno no trabalho, diminuição de horas de estudo e leitura entre outros. Dos 102 participantes entrevistados, 22 apenas estudavam e estagiavam (21,56%), ao passo que 80 estudantes eram trabalhadores, estes alegam que conseguiram conciliar as três demandas (78,43%). Contudo, isso trazia exaustão, fadiga e exigia muita disciplina e força de vontade e apoio de familiares, amigos e colegas.

O conjunto panorâmico de reflexões aqui expostas revelam desafios e tendências que só podem ser compreendidas no contexto dos estados capitalistas dependentes donde se inscreve o caso brasileiro. Ora, as diretrizes da contrarreforma da educação superior (BOSCHETTI, 2018) permite que milhões de estudantes acessem o nível superior.

E estes o fazem como um caminho para sobreviver às exigências do mundo do trabalho e que veem no ensino superior uma oportunidade de ascensão social e profissional. Neste caso, observa-se que ainda não está claro para estes trabalhadores, em sua maioria estudantes de IES privadas, que estão compondo a grande engrenagem do capital que é necessária à formação de uma força de trabalho excedente, à qual serão ofertados baixos salários. (CAVAIGNAC; LIMA, 2019).

Desta forma, esta pesquisa reforça as análises propostas por (CAVAIGNAC; LIMA, 2019) ao revelar que os estudantes de Serviço Social que alcançam o estágio são trabalhadores que financiam seus estudos com renda proveniente de sua força de trabalho com vistas a tornarem-se assalariados diplomados. Ademais, o acesso ao diploma configura-se com muitos sentidos, entre os quais destaca-se, a conquista de um produto que faz do aluno um consumidor e o professor um trabalhador produtivo. Tais tensões e contradições são acirradas ante a Reforma trabalhista aprovada pelo congresso Nacional em 2017.

Conclusão

Consideramos que estágio supervisionado é um dos elementos fundamentais do processo de formação profissional que deve possibilitar ao estudante a apreensão das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Contudo este processo não pode ser analisado de forma

dissociada do significado da profissão, no contexto do desenvolvimento da sociabilidade capitalista e de sua inserção no mundo do trabalho.

Ademais, as contrarreformas da Política de Educação Superior em curso nos países em desenvolvimento submetem o conjunto dos trabalhadores a complexos desafios, entre os quais citamos: processo de expansão e precarização do ensino superior sob a lógica do mercado, desemprego estrutural e novas exigências aos trabalhadores, associado à desregulamentação de direitos trabalhistas em condições impostas ao trabalho flexível.

Tais desafios incidem diretamente nos espaços sócio-ocupacionais e atingem de forma objetiva e subjetiva assistentes sociais estudantes nos diversos campos de estágio.

As pesquisas de Santos (2019), refletidas neste trabalho, reforçaram a centralidade do debate acerca do estágio supervisionado no Brasil. As análises obtidas por meio de estudantes de uma IES privada da região metropolitana de Fortaleza, concentram-se em dois eixos. O primeiro analisa o perfil dos estudantes que participam do estágio o segundo registra os desafios apontados pelos mesmos neste período da formação profissional.

Dentre os principais resultados alcançados relativos ao perfil, destacamos que: os estudantes, na sua maioria, são mulheres trabalhadoras inscritas entre as faixas etárias de 18 e 45 anos que acessaram o ensino superior mediante programas de financiamento governamental. E mais da metade escolheu a graduação motivada pela afinidade com exercício profissional e com a possibilidade de obter ascensão profissional e social.

Quanto aos desafios encontrados durante a experiência de estágio, registramos: dificuldade para inserção no campo de estágio, bem como finalizá-lo. Tal dificuldade ocorre em função da disparidade entre baixa oferta de vagas e ampla demanda. Por conta disso, muitos estudantes buscam suas vagas sem a intermediação da IES.

Em relação ao nível de conhecimento sobre as legislações que regulam o estágio, ficou evidente que o compromisso realizado pelo conjunto articulado de supervisores acadêmicos, de campo e estudantes tem alcançado um bom nível de compreensão quanto aos marcos regulatórios do estágio.

No que se refere às estratégias para conciliar estágio, trabalho e atividades acadêmicas, estas trazem importantes tensões e contradições

advindas do mundo do trabalho, entre as quais destacamos: solicitar demissão do trabalho para dedicar-se ao estágio, mudança de turno no trabalho, diminuição de horas de estudo e leitura e busca de apoio dos familiares, amigos e colegas de formação.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Caderno ABEPSS. São Paulo, n.7, 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Maria Auxiliadora de, 2014 - **Supervisão**

_____. **Política Nacional de Estágio**. São Paulo, 2010.
de estágio em Serviço Social: Reflexões do cotidiano na contemporaneidade / Maria Auxiliadora de Araújo. - Fortaleza: EdUECE, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Cartilha esclarecedora sobre lei do estágio**: lei nº 11.788/2008 – Brasília: TEM, SPPE, DPJ, CGPI, 2008.

_____. Ministério da Educação e da Cultura – MEC disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> acesso em: 18 out. 2018

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; LIMA, Silvana Garcia de Andrade. **Reflexões acerca da formação profissional e do estágio supervisionado como processo educativo**. In: Desafios atuais do trabalho do Assistente Social no contexto da ética profissional. CRESS, Conselho Regional de Serviço Social – 3ª Região – Ceará (Organização).Fortaleza: Socialis editora, 2019.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.

CRESS, Conselho Regional de Serviço Social – 3ª Região – Ceará. **Instruções normativas aos supervisores de estágio em serviço social**. CRESS 3ª Região, Fortaleza, 2014.

GRANEMANN, S. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional**. Revista Katálysis, Florianópolis: Edufsc, v. 12, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**:capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.